

Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais

The Archaeological heritage of Rondônia: institutional realities

Gilcimar Costa Barbosa¹
Carlos Alberto Santos Costa²

DOI 10.26512/museologia.v12i24.48805

Resumo

A preservação do patrimônio arqueológico pressupõe a existência de diretrizes que alicerçam e conferem profundo sentido à patrimonialização. Esse processo feito de maneira não refletida conduz ao esquecimento das razões que levam a selecionar, preservar e valorizar indicadores de memória. A partir dessa premissa, têm-se como objeto de estudo as coleções arqueológicas formadas no estado de Rondônia, salvaguardadas por museus e por instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico. A Musealização da Arqueologia é assumida como horizonte teórico de apreensão das discussões. Primeiramente, são apresentadas, a partir de entrevistas, as condições de algumas das instituições que salvaguardam acervos arqueológicos de Rondônia, como também são feitas reflexões sobre os fluxos e processos de geração desses acervos; por fim, por meio da observação de experiências colaborativas, analisam-se alternativas de apropriações socioculturais qualificadas do patrimônio arqueológico. Com isso, possibilita-se a formação de um juízo sobre as condições de salvaguarda, uso social e público dos referidos bens patrimoniais.

Palavras-chave

Musealização da Arqueologia; patrimônio arqueológico; museus; instituições de guarda e pesquisa do patrimônio arqueológico; Rondônia.

Abstract

The preservation of the archaeological heritage presupposes the existence of guidelines that support and give deep meaning to the heritage. This process, done in a thoughtless way, leads to forgetting the reasons that lead to selecting, preserving and valuing memory indicators. Based on this premise, the object of study are the archaeological collections formed in the state of Rondônia, protected by museums, guarding and research institutions of the archaeological heritage. The Musealization of Archeology assumes itself as the theoretical horizon of apprehension of the discussions. First, based on interviews, the conditions of some of the institutions that keep archaeological collections in Rondônia are presented, as well as reflections on the flows and processes of generation of these collections; finally, through the observation of collaborative experiences, alternatives of qualified sociocultural appropriations of the archaeological heritage are analyzed. With this, it is possible to form a judgment about the conditions of safeguard, social and public use of the mentioned heritage assets.

Keywords

Musealization of Archeology; archaeological heritage; museums; institutions for the guard and research of archaeological heritage; Rondônia.

¹ Bacharel em Museologia (2011) e Mestre em Arqueologia e Patrimônio Cultural (2023) pela UFRB. Museólogo da Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia da UNIR. E-mail: costab@unir.br

² Doutor em Arqueologia pela UC-PT (2012). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Professor do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural da UFRB e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE; Pesquisador Associado ao Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Patrimônio da UC-PT. E-mail: carloscosta@ufrb.edu.br

Introdução

Este artigo é uma síntese da dissertação de mestrado “Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais”, defendida em maio de 2023 no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural (PPGap), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Essa pesquisa nasce da necessidade de conhecer as realidades dos espaços de memória responsáveis pela salvaguarda e pelo uso (social e público) dos bens arqueológicos com origem no estado de Rondônia. A reflexão central incide nas razões que motivam o Estado brasileiro a prover esforços para a preservação e a valorização desses referentes patrimoniais. Além disso, há o exame da capacidade de implementação de processos museológicos curatoriais por parte das organizações que endossaram³ projetos de pesquisa arqueológica.

Nas últimas décadas, em decorrência da emergência da Arqueologia realizada no âmbito dos licenciamentos ambientais de empreendimentos desenvolvimentistas, assistiu-se ao crescimento acelerado de coleções arqueológicas. Como bônus potencial, tem-se a perspectiva de que esse crescimento possibilite preencher lacunas informacionais importantes sobre a história nacional em variadas porções do território e com distintas cronologias; como ônus real, elevou-se a obrigação permanente das instituições de manter acervos, sem o apoio do Estado brasileiro. Ao contrário desse quadro, a condição legal do patrimônio arqueológico como “bem da União” pressupõe a disponibilização de infraestrutura, profissionais especializados e recursos monetários para a adequada salvaguarda em prol da destinação dessas referências patrimoniais à sociedade. Todavia, o aumento das demandas quase sempre vem apartado do fortalecimento das capacidades de oferta de serviços. Partindo dessa constatação, é provável que a preservação dos acervos arqueológicos esteja apenas justificada pelo seu processo gerador; a pesquisa, meio *per se* insuficiente para alcançar com maior amplitude os valores simbólicos conexos a esses bens, como as noções de pertencimento, identidade e memória. Assim, os sentidos mais profundos que dão organicidade e significação ao processo de patrimonialização restam como “razão esquecida”.

Para esta pesquisa de mestrado sintetizada neste artigo, utilizou-se o “estudo de caso” como o método da investigação. Trata-se de um esforço que contribui para o entendimento e aprofundamento das discussões, pois contempla fenômenos individuais, organizacionais, administrativos, sociais e políticos, além de responder às questões “como?” e “por quê?”. Insere-se em contextos nos quais o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e foca em fenômenos contemporâneos inseridos na vida real (YIN, 2001: 19-20). Assim, pode-se lançar indagações a exemplo de “como os acervos foram formados?”, “como estão sendo administrados?”, “como são apropriados?” ou, ainda, “por que não são apropriados social e publicamente?”.

A questão lançada diz respeito à percepção de possíveis falhas no processo de administração dos acervos. Tal possibilidade tem levado estudiosos do campo patrimonial, ao longo das últimas quatro décadas, a chamarem a atenção

3 A concessão do endosso (Portaria MINC/SPHAN nº 07/1988) é considerada por Carlos Costa e Fabiana Comerlato (2013/2014: 117) como uma carta de transferência de autonomia institucional, a qual confere a terceiros o direito de criar coleções em nome de uma organização formal de guarda de acervos arqueológicos e, ao final dos estudos, devolver permanentemente as responsabilidades técnicas, legais e sociais a essa organização. Ademais, o campo jurídico do direito brasileiro toma o endosso como uma “ação solidária e autônoma unilateral, pela qual um indivíduo ou entidade transfere os direitos, deveres e responsabilidades sobre algo a um terceiro” (COSTA; COMERLATO, 2013/2014: 117).

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

para esse achaque, o qual enseja a busca de alternativas acadêmicas para refletir, compreender e explicar o fenômeno. Dentre essas alternativas, tem-se, como exemplo, a Musealização da Arqueologia⁴, que visa articular uma aproximação equilibrada entre a Museologia e a Arqueologia, capaz de promover práticas de preservação e comunicação socialmente referenciadas dos contextos culturais, dentre os quais os bens arqueológicos, postos como norteadores das ações patrimoniais (BRUNO, 2013/2014: 7).

Para o presente texto, serão abordados os museus e a Arqueologia no Brasil e em Rondônia, bem como a relação interdisciplinar entre a Arqueologia e a Museologia para a apreensão do patrimônio arqueológico. Também serão avaliadas as razões pelas quais a sociedade e o patrimônio arqueológico se encontram distantes. Com base nesse *corpus* informativo, a pesquisa propriamente dita conduziu ao levantamento e exame das portarias de autorização, permissão e renovação de pesquisas arqueológicas, para, em seguida, construir um diagnóstico acerca do volume de projetos de Arqueologia empreendidos, tanto no segmento acadêmico quanto no empresarial. Num segundo momento, serão discutidos dados de entrevistas sistemáticas orientadas por um questionário, realizadas com profissionais que atuam ou tiveram passagem recente pelas instituições que guardam acervos arqueológicos do estado de Rondônia. Esse procedimento permitiu sistematizar o perfil de formação dos profissionais citados anteriormente, a historicidade dos espaços de guarda e as iniciativas e estratégias para a divulgação dos acervos. Por fim, apresentam-se exemplos de instituições do Brasil e do exterior que conseguiram subverter a lógica do modelo clássico de museu para implementar formatos não convencionais de atuação, com abordagens colaborativas originadas da relação entre museus, acervos arqueológicos e as comunidade indígenas representadas.

Museus e Arqueologia no Brasil e em Rondônia

De acordo com Camila Azevedo de Moraes Wichers (2014), na história da Arqueologia brasileira, a relação com os museus pode ser percebida a partir de quatro movimentos:

- i) entre o final do século XIX e primeira metade do século XX, cujo pensar e práticas estiveram inseridos nos pioneiros museus brasileiros, a exemplo do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, Museu Paraense Emílio Goeldi, na capital do Pará, Museu Botânico do Amazonas, em Manaus, Museu Paulista, em São Paulo, e do Museu Paranaense, em Curitiba. A Arqueologia tinha como prática a busca por vestígios de civilização que pudessem figurar na construção de um ideal de nacionalidade. Nesse contexto, a abordagem conferida aos povos originários era preferencialmente o tratamento como povos extintos, quando não, procurava comprovar a sua debilidade intelectual;
- ii) entre os anos de 1920 e 1950, a construção da história cultural brasileira, abandona as fontes arqueológicas do passado pré-colo-

4 Cristina Bruno, idealizadora da noção de Musealização da Arqueologia como campo de estudos, tem feito importantes contribuições para essas discussões. A autora esclarece que esse campo está organizado a partir dos estudos relacionados à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) aplicados à realidade arqueológica. A um só tempo, é possível gerir, preservar e cultivar as noções de identidade e pertencimento desses bens (BRUNO, 2007: 1).

nial. A representação da arquitetura barroca colonial torna-se hegemônica, raramente os vestígios arqueológicos dos povos originários foram considerados como de valor excepcional, expresso no Decreto-Lei nº 25/1937;

iii) vigente desde 1950 a 1990, caracterizou-se por ser um movimento arqueológico universitário, com especialização de áreas do conhecimento, desenvolvimento de laboratórios, centros de pesquisa e atuações estrangeiras, em detrimento a uma identidade museológica;

iv) finalmente, até os dias atuais, embora exista uma relação marcada por caminhos de aproximação e rotas de afastamento, a ampliação exponencial das pesquisas arqueológicas tem resultado na produção acadêmica nos domínios da Musealização da Arqueologia e construído um caminho de reaproximação entre esses dois campos (WILCHERS, 2013/2014: 20-21).

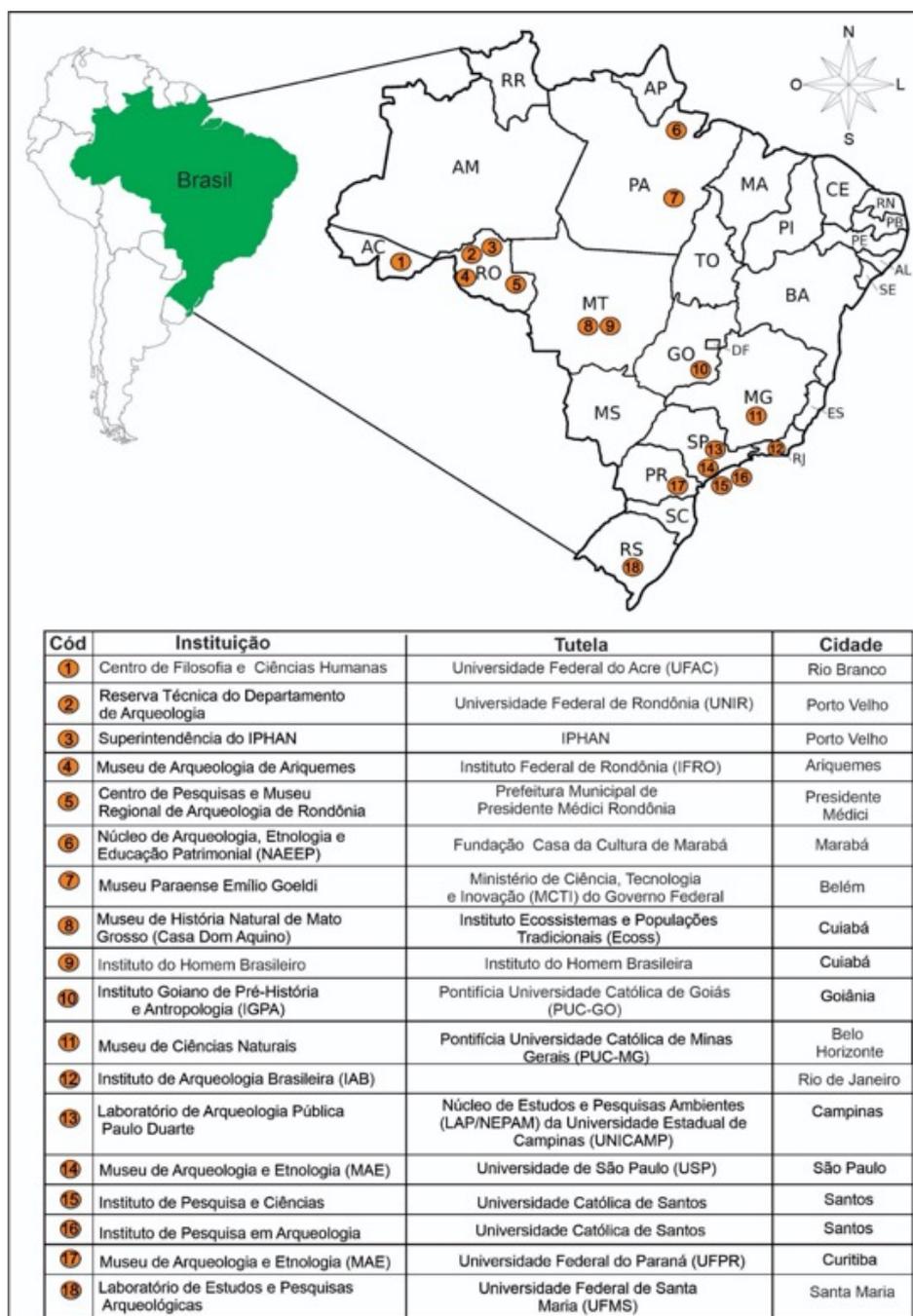
As primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas em Rondônia ocorrem a partir de 1974, inicialmente com o Programa de Pesquisas Arqueológicas Paleoindígenas e Paleoambientais (PROPA). Coordenado pelo arqueólogo Eurico Miller, o programa fazia parte de uma parceria entre a *National Geographic Society* (NGS) e o *Smithsonian Institution* (SI) (MILLER, 2009:46). Posteriormente, o próprio Miller lidera o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica (PRONAPABA). Ao longo das décadas de 1970 e 1980, nas áreas por ele definidas como pertencentes à região do Alto Rio Madeira (Guajará, Jaci-Paraná, e Porto Velho), foram contabilizados 36 sítios (MONGELÓ, 2015:14). No período de sua atuação no Estado, quase duas décadas, o arqueólogo foi responsável pelo registro de 247 sítios arqueológicos (BERTOLO, 2017:78). Parte das coleções geradas estão hoje tanto em museus de Rondônia como fora desse território.

O fato é que, dos momentos iniciais aos dias atuais, em razão da necessidade de inclusão das pesquisas arqueológicas em estudos de impacto ambiental, foram realizados, na região, dezenas de outras pesquisas cujos resultados proporcionaram a localização de novos sítios e a geração de outras tantas coleções. Analisando este cenário no lapso temporal de 2000 a 2016, Ana Izabela Bertolo realizou um levantamento do número de portarias de autorização e permissão de trabalhos arqueológicos emitidas pelo IPHAN em Rondônia e identificou as instituições mantenedoras das coleções geradas a partir desses trabalhos. Assim, mapeou 87 (oitenta e sete) portarias concedidas para 18 (dezoito) instituições, distribuídas em 10 (dez) estados do Brasil (BERTOLO, 2017:81). Informações estas estão organizadas no mapa mais adiante.

Nesse universo, a Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia (RT/DARQ) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), inaugurada em 2020, é, sem dúvida, o espaço que reúne, no estado de Rondônia, as melhores condições físicas, técnicas e acadêmicas para diminuir a distância entre o patrimônio arqueológico e a sociedade, como veremos à frente. Por isso, a RT/DARQ tem a oportunidade de se tornar uma das referências positivas nacionais quanto à geração, ao processamento e à divulgação científica dos conhecimentos produzidos, focando sobretudo na destinação e no uso social e público do patrimônio arqueológico, razões maiores da preservação.

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

Instituições com a responsabilidade de guarda de acervos arqueológicos gerados no estado de Rondônia.



Fonte: Elaborado por Angislaine Freitas Costa.

Arqueologia, Museologia e o Patrimônio Arqueológico

Apesar da presença quase inevitável dos bens arqueológicos na vida dos brasileiros – essa referência é, especificamente, ao legado cultural deixado pelos povos originários –, a sua circulação nos museus e demais espaços de memória ou mesmo nos livros de História não se traduz no alcance de patamares de relevância, a ponto de esses bens serem identificados e reconhecidos como base fundante da historicidade nacional. A categoria patrimônio cultural nacional, a julgar pela predominância das centenas de bens arquitetônicos tombados pelo país, reduz-se, por vezes, a algumas possibilidades, com especial atenção

aos “indicadores da memória”⁵ do colonizador. Assim sendo, se, por um lado, consagram-se traçados urbanos e características arquitetônicas de edificações, por outro, ao mesmo tempo, são ignoradas nuances outras da história nacional na longa duração.

Cristina Bruno é precisa ao enxergar, na herança cultural indígena, pela perspectiva de ser patrimônio brasileiro, espaço de pouca visibilidade como elemento de fomento para a construção das narrativas em torno das identidades nacionais; mesmo quando essa herança é mencionada, faz-se isso a partir do olhar externo e com forte percepção demeritória. As razões para esse baixo prestígio são variadas, tais como a crença numa pretensa superioridade moral e intelectual do “não indígena” sobre o “indígena”, que insere na sociedade uma série de estigmas e preconceitos e suplanta a diversidade de possibilidades para se ver e entender o mundo (BRUNO, 2013/2014:5).

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses adverte que há, no campo cultural, uma ausência de debates sobre os “valores éticos” e denuncia a existência de uma “cortina de fumaça” que sobrepuja o desejo de se evidenciar o multiculturalismo (MENESES, 2009: 37-38). Segundo o autor, a habilidade de apreciar culturas diversas tem se restringido, na prática, à dimensão de um “museu imaginário”:

Quando as culturas saem do museu e a *diferença cultural* (e não mais apenas a diversidade cultural) passa a ser um dos componentes ativos das tensões sociais, o encorajamento da diversidade cultural se acompanha de mecanismos de contenção da diferença cultural. Em outras palavras, tem ocorrido, com os mesmos sujeitos, que a diversidade cultural possa ser grandemente apreciada nos museus, embora rejeitada na interação social. A reação diante de traços culturais e diante dos próprios portadores da cultura pode não coincidir (MENESES, 2009: 37-38).

Assim, a indagação que emerge é: até que ponto a resistência à aceitação da diferença na construção do conhecimento não impediu os museus de estabelecerem reescritas sobre o passado a partir de uma abordagem colaborativa, quando o diferente projetaria a sua própria diversidade? Problematizar essa questão será necessário não apenas pelo direito à diversidade (nos museus) e à diferença cultural (fora e dentro dos museus), mas também por esses dois componentes serem traços inseparáveis e constitutivos de uma sociedade.

Os caminhos operacionais orientadores da preservação do patrimônio arqueológico – constituídos pela relação entre o IPHAN, museus e demais instituições –, via de regra, ignoram os pressupostos que justificam a preservação. Contribuem para isso as ações de receber e gerar mais acervos do que é possível administrar, condição entendida por Diego Lemos Ribeiro como “um quadro de descompasso entre geração e possibilidade de processamento” (RIBEIRO, 2013: 16). O autor ainda enfatiza a importância de os eixos de geração, processamento e devolução caminharem juntos, pois entende os museus como sistemas de informação nos quais a Musealização da Arqueologia “[...] gera um fluxo informacional que deveria manter um equilíbrio ótimo entre os encadeamentos, de forma a garantir a consistência à fruição desses fluxos” (RIBEIRO, 2013: 16). Então, ao se questionar quais as consequências para um andamento de descompasso entre os três momentos, como resposta deve-se considerar que as obstruções aos fluxos de informação no processo de Musealização da

5 Termo utilizado por Cristina Bruno para se referir aos vestígios arqueológicos como elementos que a Arqueologia evidencia e interpreta e a Museologia salvaguarda e comunica (BRUNO, 2013/2014: 5).

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

Arqueologia interferem diretamente no distanciamento entre a produção de conhecimento em torno da Arqueologia e o público não especializado, corriqueiramente chamado de público geral (RIBEIRO, 2013: 17).

Nas últimas décadas, foram registrados movimentos mais globais de recondução teórica e metodológica por parte de variadas áreas do conhecimento – dentre as quais, a Arqueologia, a Museologia e Antropologia –, com a finalidade de corrigir os rumos do conceito de patrimônio, tendo em vista as suas inúmeras categorias. Essas iniciativas podem até ser vistas como formas de reparar a violência epistêmica sofrida por muitas civilizações, quando as ciências estiveram, por assim dizer, a serviço de projetos colonialistas, justificando a subalternidade, a assimetria de poderes e a diferença de tratamento conforme a origem sociocultural. Cristóbal Gnecco, ao examinar a Arqueologia latino-americana, denuncia a estreita correlação entre esta e as práticas colonialistas. Nesse caso, a construção do imaginário da “civilização” – também confiada à Arqueologia e aos museus – exigia necessariamente a produção do antagonista, a saber, o “bárbaro” encarnado na figura do indígena (GNESSO, 2009: 16).

Cristina Bruno, ao aprofundar sobre as possibilidades de contribuição da Museologia, pensa a organização do campo museológico em dois níveis. O primeiro é dedicado a identificar e analisar comportamentos individuais e coletivos do homem na relação com o seu patrimônio. O segundo, a partir do mapeamento dessa relação, desenvolve processos técnicos e científicos orientados à transformação do patrimônio em herança social e elemento construtor de identidades (BRUNO, 1999: 129).

Quando se examinam os dois séculos de história dos museus no Brasil, é possível se deparar, num primeiro momento, com acervos arqueológicos associados com coleções de história natural; logo após, com acervos preteridos em prol de coleções etnográficas e, mais recentemente, à margem dos museus de história e de arte (BRUNO, 2013/2014: 13). É bastante conhecida as separações entre Arqueologia e Museologia, entre os museus de História e os museus de Arqueologia. Para Bruno, a herança cultural das sociedades indígenas não é utilizada como elemento identitário e de pertencimento da história cultural brasileira. Essa é uma das razões que justifica os museus de História, comunicadores da História oficial nacional, em muitos casos, serem apresentados separadamente dos museus de Arqueologia, espaços onde se pode ter contato com o desconhecido, exótico e distante, constituindo uma “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 2013/2014: 14). Um pressuposto deveria estar bastante claro a essa altura: falar de vestígios arqueológicos dos povos originários é, também, falar da historicidade indígena como componente da linha do tempo da História do Brasil.

Instituições que salvaguardam os bens arqueológicos de Rondônia

O principal critério de escolha para o direcionamento das entrevistas foi o quantitativo. Foram convidados para a participação na pesquisa as instituições que, nas últimas duas décadas, mais emitiram endossos para projetos de Arqueologia em Rondônia. Com isso, de um total de 18 espaços de salvaguarda do patrimônio arqueológico, chegou-se a uma lista de 11 instituições. Todavia, o retorno positivo à solicitação de entrevista foi dado por apenas 5 instituições. As falas dos entrevistados serão apresentadas em forma de sínteses, com os aspectos mais relevantes. As instituições representadas nas entrevistas são: o Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, a Reserva Técnica do Departamento de

Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, o Museu de História Natural do Mato Grosso, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal de Santa Maria.

A profissional entrevistada no Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO) foi a historiadora e arqueóloga Maria Coimbra de Oliveira, que, embora não integre mais a instituição, qualifica-se, por sua longo tempo de atuação na instituição, como uma personagem singular, capaz de revelar uma perspectiva mais fiel acerca das condições operacionais do CPMRARO. A construção do museu, aberto oficialmente em 2008, contou com o apoio do IPHAN, o que envolveu a formulação de um termo prevendo parceria entre as duas instituições para a troca de conhecimentos. Das três passagens em que Maria Coimbra esteve à frente do museu, ao menos em duas delas houve a desarticulação da equipe de trabalho, quando a instituição fechou temporariamente, comprometendo os acordos (endossos), importante via de custeio de muitas demandas internas. Com o mais recente desligamento do museu, ocorrido em 2021, supõe-se que o mesmo cenário voltará a acontecer, pois não há profissionais na instituição capazes de assegurar a continuidade do planejamento.

Acerca da infraestrutura de espaços físicos e equipamentos, o museu tem uma sala administrativa, uma sala de exposição, três reservas técnicas, um laboratório, um atelier e um auditório com capacidade para 350 pessoas, onde ocorrem as ações educativas. Dentre as atividades técnicas regularmente desenvolvidas no CPMRARO, estão a pesquisa, a documentação, a exposição e as ações educativas e culturais. O museu mantinha rotina em duas atividades, uma relacionada à regularização dos objetos e coleções em posse de particulares e outra à limpeza dos bens arqueológicos acondicionados em reserva técnica.

Estima-se que cerca de 5 mil itens das coleções derivem de doações e que entre 400 e 450 mil, de pesquisas arqueológicas. Todas as coleções são de Rondônia, exceto o primeiro acervo, que é de uma Linha de Transmissão que passa por Mato Grosso e Rondônia. Desde a criação, os endossos institucionais constituem uma forma de manter financeiramente a instituição, o que condiz com o fato de o CPMRARO ser a maior endossatária do estado. Os acervos são considerados como de relevância científica e social “sem tamanho”, de forma que o crescimento econômico desordenado das atividades agropecuárias causam preocupação. Segundo Maria, num caso específico sobre um empreendedor,

[...] enquanto o processo normal do IPHAN corria, ela [a empresa] fez uma terraplanagem na área, que ela tirou toda a evidência de sítio arqueológico da área. Ela pensou que tinha tirado, nós ainda achamos alguns caquinhos perdidos, o que mostra que ela tentou fazer essa limpeza. E não é a primeira vez que a gente encontra empresas que fazem isso. [...] É as pessoas não costumam contar que tem material, né? Elas preferem levar a multa do que fazer um resgate, ou fazer outro tipo de trabalho (Maria Coimbra de Oliveira, 2/8/2022).

Após a historiadora ingressar na instituição, os acervos receberam poucas consultas para produção de trabalhos acadêmicos e de extroversão. As despesas ordinárias do museu (energia, água e recursos humanos) são mantidas pela prefeitura de Presidente Médici e as demais por recursos de endossos institucionais, a avaliação que se interpõe à destinação orçamentária, avalia Coimbra, é o desvio de finalidade na aplicação dos recursos. Os acervos são considerados como bem conservados, apesar da pequena quantidade de funcionários

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

para a sua manutenção. Não há referência à existência de política de acervos, a instituição possui estatuto e plano museológico.

A Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia (RT/DARQ) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) foi representada pela arqueóloga e professora Juliana Rossato Santi. A chegada das primeiras coleções aconteceu no ano de 2009, quando havia uma sala para o curso de Arqueologia guardar materiais arqueológicos. A ideia inicial de construção da reserva, sob responsabilidade das Usinas de Santo Antônio e Jirau, deu-se em 2008, ano de fundação do curso de Arqueologia, o qual foi entregue em 2020, com atraso de 12 anos e em plena pandemia da COVID-19; apesar da juventude da construção, esta já apresenta problemas de infiltração descendente.

A RT/DARQ se configura como um espaço de formação, pois tem relação direta com o curso de Bacharelado em Arqueologia e, dessa forma, recebe sistematicamente professores e estudantes para realização de aulas, estágios, pesquisas e trabalhos de extensão. Conta com a participação orgânica de 10 professores do próprio departamento (dois biólogos, uma geógrafa, uma museóloga e seis arqueólogos) e com um quadro efetivo de quatro técnicos (dois museólogos, um arqueólogo e um contador), além de oito profissionais terceirizados (para segurança e serviços gerais), carecendo, ainda, de uma profissional da área de conservação-restauro. O prédio é um espaço com 2.127,38m², com uma reserva técnica que ocupa a metade da área, um espaço expositivo, quatro laboratórios totalmente equipados, um espaço para quarentena e higienização de acervos vindos de campo, dois banheiros coletivos, uma copa, sala administrativa e duas salas para o Centro de Documentação e Pesquisa Arqueológicas (CDPA).

As atividades de extroversão são consideradas relevantes, pelo direcionamento à função social, por permitirem abordar diversas questões da história indígena. A formação em Arqueologia em Rondônia e, por consequência, a atuação profissional produzindo coleções possibilitam a desmistificação de preconceitos relacionados aos povos originários, porque,

[...] quando se fala aqui em Rondônia, quando se fala de comunidades indígenas, as pessoas em geral parecem que não querem saber. Porque a visão geral é que eles não têm contribuição, sendo que são as pessoas originárias que estavam aqui, pessoas que detinham o conhecimento de toda a floresta, de todos os aspectos que a gente tem hoje. De animais, vegetais, terra, e que foram dizimadas, expulsas, dizimadas, assassinadas. Então, é uma história que ela é traumática aqui (Juliana Rossato Santi, 14/7/2022).

Parte das coleções vem sendo utilizadas como objeto de estudo em TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado, há vários artigos publicados, bem como utilizados para exposições. A manutenção do espaço se dá por dotação orçamentária da universidade e por endossos institucionais, estes mediante doações de equipamentos e materiais, uma vez que a fundação que atua junto à UNIR enfrenta limitações judiciais.

Os acervos são considerados como em bom estado de conservação, exceto aqueles de natureza metálica. Existe uma política de endosso sumária em utilização e uma mais abrangente em fase de elaboração.

Para falar sobre o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, a entrevistada foi Maria Cristina Oliveira Bruno, Professora Titular da instituição. O atual MAE é o resultado da fusão de sua primeira versão, criada nos anos de 1960, com o antigo Instituto de Pré-História da USP, inaugurado em 1962, além

da incorporação dos acervos de arqueologia e etnologia do Museu Paulista e dos acervos Plínio Airoso, advindos do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Abarca uma diversidade grande de coleções que refletem diferentes historicidades e remontam ao final do século XIX, mas também salvaguarda coleções arqueológicas dos anos 50 e 60 do século XX, além daquelas mais próximas dos dias de hoje.

Estima-se que tenha mais de 1 milhão de itens, número expressivo que continua crescendo, pois mantém a incorporação de acervos arqueológicos gerados por pesquisas, por doações de peças etnográficas advindas de grupos indígenas ou mesmo por parte de antropólogos. Não se sabe a quantidade nem quais são os acervos derivados de Rondônia, embora ainda sejam realizadas pesquisas no estado. Bruno considera que os acervos salvaguardados estão entre os de maior relevância científica e social do país. Recentemente, uma demanda há muito tempo reclamada foi atendida: em 2018 a instituição foi enquadrada como museu, o que lhe confere autonomia administrativa, financeira e administrativa (no que se inclui poder para decisões relativas à carreira docente). Quanto à equipe de profissionais do museu, há certo desequilíbrio, pois o quadro de docentes conta com três museólogos, uma etnóloga e 17 arqueólogos. Soma-se a estes algo próximo a 20 funcionários técnicos especializados, distribuídos pelos setores já mencionados. Apesar disso, considera-se haver uma enorme carência de profissionais.

A infraestrutura de espaços e equipamentos é considerada insuficiente. O edifício atual do MAE foi ocupado em 1993, desde quando vem passando por diferentes reformas de adequação. As condições hoje são excelentes, as reservas técnicas e laboratórios têm muito boas condições, o museu dispõe de um espaço expositivo, um setor educativo e, recentemente, recebeu um prédio lateral onde está sendo feita uma reforma, preparando-o com salas de aula, secretaria acadêmica, auditórios e sala de defesas de trabalhos de conclusão de curso. Do ano 2000 para cá, o museu tem participado ativamente de um projeto intitulado Praça dos Museus, no qual se encontra um prédio de sete andares que será destinado ao MAE; entretanto, desde 2014 as obras estão paralisadas por problemas econômicos.

O museu desenvolve atividades no setor de ensino, o qual contempla toda a parte museológica de extroversão, exposição e ação educativa. As áreas de conservação e documentação são organizadas obedecendo a cadeia operatória da museologia. Em decorrência da pandemia da COVID-19, a comunicação do MAE foi intensificada no meio virtual.

As coleções dos povos originários, organizadas mais recentemente com a participação dos indígenas, dão mostra do caminho há algum tempo fortemente trilhado pela instituição: uma abordagem pautada nos trabalhos colaborativos em várias regiões. De modo geral, todas as pesquisas que giram em torno dos laboratórios têm a vocação para a produção de conhecimentos. O financiamento se dá por destinação orçamentária anual da universidade, uma verba que é insuficiente para manutenção das atividades. Para, de forma alternativa, complementar o orçamento, tem sido feita a captação de projetos de financiamento da FAPESP, CAPES, CNPq e, mais recentemente, de organismos internacionais (França, Alemanha e Estados Unidos), pouquíssimas captações por estudos de impacto ambiental.

Em função da mudança de prédio, da reforma das reservas técnicas e da atuação da equipe de conservação, os acervos – comparando-os com os de outras realidades brasileiras – são considerados muito bem conservados. A ins-

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

tuição conta com uma política de acervos que abrange a recepção de acervos derivados de endosso. Há interesse da instituição em promover repatriações de acervos, impedidas pelas limitações normativas impostas pelo IPHAN.

Para falar sobre o Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT), as entrevistadas foram a coordenadora do espaço e geógrafa Enir Maria Silva e a curadora e arquiteta Vitória Ramirez Zanquetta. A Casa Dom Aquino, onde está instalado o museu desde 2006, é uma edificação histórica da primeira metade do século XIX, tombada como patrimônio pelo estado de Mato Grosso. Para assumir a função museal, o espaço sofreu adequação com a construção da reserva técnica e a requalificação de outros setores. O funcionamento é garantido por um quadro de profissionais composto por uma coordenação, um gerente financeiro, uma curadora, um profissional da comunicação, uma gerente da reserva técnica, quatro estagiários, três seguranças e um jardineiro. Não foi relatada a existência de museólogos nem arqueólogos dentre os profissionais da instituição.

Segundo Vitória Ramirez, a Casa Dom Aquino possui 12 cômodos pequenos, dentre os quais, quatro são reservados à exposição permanente. A casa também abriga uma biblioteca, um auditório, duas salas administrativas e a reserva técnica. O museu possibilita aos visitantes a experiência da degustação da culinária local, por meio da venda de quitutes num Café. O artesanato indígena, como vasos cerâmicos e pulseiras, pode ser adquirido numa loja. Conta também com três banheiros, uma cozinha e um depósito.

Há um prognóstico de que 40% do acervo esteja documentado e estima-se que, até o final de 2023, todas as coleções sejam contempladas por essa fase dos trabalhos, coincidindo com o prazo final de vigência da parceria de financiamento com o estado. Segundo Vitória Ramirez, o endosso institucional é a principal via de entrada de coleções arqueológicas e as doações aparecem em pequeno número. Estima-se que a Casa Dom Aquino salvasse cerca de 60 a 70 mil peças; dessas, não se sabe o total de bens arqueológicos com origem em Rondônia. Existe uma negociação em andamento, entre a Casa Dom Aquino, a RT/DARQ e o IPHAN, para a repatriação das coleções coletadas na cidade de Chupinguaia. Dentre os bens arqueológicos de Rondônia salvaguardados no MHNMT, apenas aqueles de Chupinguaia foram consultados para a realização de uma exposição virtual, por conta de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A dotação orçamentária da Casa Dom Aquino vem da captação de verba proveniente de acordo, vigente até 2023, firmado entre o Instituto ECOSS e o governo do estado do Mato Grosso, com rubricas específicas de aplicação dos recursos; aguarda-se novo edital para renovação do financiamento.

O estado de conservação dos acervos é considerado bom, com protocolos específicos de manutenção periódica, fator limitado pela baixa quantidade de profissionais. O MHNMT não possui uma política de endosso, embora existam parâmetros informais relativos a valores e à forma de recepção dos acervos; dispõe de um plano museológico.

Há vocação do museu para a preservação do patrimônio arqueológico, paleontológico e ambiental. De acordo com a curadora da instituição: “A gente quer que o acervo seja visto, utilizado e renda frutos para a sociedade” (Vitória Ramirez Zanquetta, 3/8/2022).

O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) teve como representantes o museólogo Bernardo Duque de Paula e o professor do Departamento

de História e coordenador do laboratório André Luis Ramos Soares. O espaço resulta da fusão, em 2019, entre o Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (LEPA) e o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória. Entre os anos de 1994 e 2014, o LEPA foi coordenado pelo professor Saul Eduardo Seiguer Milder, período no qual houve um aumento exponencial dos acervos arqueológicos. Na década de 1990, eram 13 mil peças; na atualidade, são mais de 200 mil itens. Durante todo esse período, houve também o aumento de pesquisas acadêmicas, somando mais de 20 dissertações de mestrado e 7 teses de doutorado.

A equipe permanente de profissionais é composta pelos dois entrevistados, número reduzido se confrontado com os desafios e a responsabilidade de administrar mais de 200 mil itens derivados de 16 projetos. Por isso, o espaço conta também com 11 bolsistas, além de estagiários e voluntários, todos em projetos ensino, pesquisa e extensão.

O LASCA é uma casa adaptada. A maior parte do espaço, cinco salas, está destinada à reserva técnica. Há um cômodo onde funciona uma sala de higienização e conservação do acervo e outro para análise dos materiais. Encontra-se também um arquivo (onde ficam livros e publicações), um depósito para materiais de consumo e de laboratório, além de duas salas administrativas.

A pesquisa (sobretudo a produção de TCCs, dissertações e teses), a documentação e a comunicação são as principais atividades desenvolvidas pelo LASCA. Não se sabe das tipologias e quantidades de artefatos provenientes de Rondônia, o acondicionamento atende protocolos básicos de manutenção e esses artefatos não foram consultados depois do ingresso na instituição; não se conhece a relevância científica e social dos materiais, diferente do que se pode falar sobre as coleções do Rio Grande do Sul. Acerca dessa consideração, relata o professor: “[...] como eu não conheço a história da Arqueologia na região, é difícil avaliar a importância. Diferente, né, aqui do Rio Grande do Sul, onde a gente pode avaliar. Mas, para fora do estado, eu não saberia te dizer” (André Luis Ramos Soares, 18/7/2022).

A manutenção do LASCA deriva de dotação orçamentária da UFSM e, até 2021, derivou de projeto junto à Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC) – instituição que apoia a UFSM –, no qual eram negociados os endossos institucionais. Uma interdição judicial da FATEC impediu a realização de novos convênios, e o laboratório passou a depender exclusivamente da UFSM e da União.

O estado de conservação dos acervos varia conforme a tipologia das coleções. O acervo histórico inspira cuidados, sobretudo as peças metálicas, mais sujeitas a processos de degradação, os quais se dão principalmente em razão ao clima pouco favorável de Santa Maria, que é de “[...] uma amplitude térmica e de umidade relativa do ar muito alta, que acaba prejudicando esses materiais” (Bernardo Duque de Paula, 18/7/2022). O acervo ósseo está em condição semelhante, o que nos levou a uma consulta ao IPHAN, ainda não respondida, sobre a possibilidade de prover descarte de materiais. Feitas as ponderações, acerca do estado geral de conservação dos acervos, entende o museólogo que estes se encontram em situação regular: “[...] eu colocaria regular, porque alguns estão bem conservados, outros estão mal” (Bernardo Duque de Paula, 18/7/2022).

Por fim, a equipe do LASCA vê a necessidade de promoção do repatriamento dos acervos originados em Rondônia, sobretudo

Porque aqui, dificilmente, essas coleções vão gerar pesquisa, pela própria historicidade, quer dizer, eu não tenho condições de orientar qualquer trabalho de arqueologia sobre Rondônia, onde é um campo que eu desconheço completamente (André Luis Ramos Soares, 18/7/2022).

Depuração dos endossos institucionais – 2000 a 2016⁶

Quanto às suas atuais condições para receber novos acervos, dos dezoito (18) espaços que endossaram projetos de pesquisa em Arqueologia nos últimos 22 anos, nove (9) continuam aptos sem qualquer restrição, seis (6) estão aptos condicionados a recepção de pequenas coleções e três (3) são inaptos. Conforme a tabela a seguir, entre os anos 2000 e 2016, os endossos foram emitidos principalmente por instituições de fora do estado, na proporção de 60% (37 acordos de guarda) de instituições de outros estados, contra 40% (25 acordos de guarda) de instituições em Rondônia. Esses dados também decorrem da ausência de espaços de salvaguarda de acervos arqueológicos habilitados pelo IPHAN em Rondônia até o ano de 2009, período a partir do qual essa realidade sofreu mudança.

Quanto às tipologias desses espaços, numericamente falando, reserva técnica, laboratórios e institutos são a maioria (8), seguidos por museus com tipos variados de acervos (5), compondo uma mescla entre arqueológico e etnográfico, ou arqueológico, paleontológico e etnográfico. Prosseguindo, têm-se os museus de Arqueologia (2), fundação/casa de cultura e centro de pesquisa (2) e, por fim, aparece um centro universitário (1).

Tipologia das instituições que forneceram endossos – 2000 a 2016

INSTITUIÇÕES	TOTAIS
Reserva Técnica, Laboratórios, Institutos	08
Museus com tipologias variadas	05
Museus de Arqueologia	02
Fundação/Casa de Cultura/ Centro de Pesquisa	02
Centro Universitário	01

Fonte: Gilcimar Costa Barbosa (Dissertação de Mestrado. Referência completa no final do artigo)

Instituições que forneceram endossos a pesquisas arqueológicas em Rondônia – 2000 a 2016

INSTITUIÇÕES	ENDOSSOS
Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Presidente Médici	21
Museu de História Natural do Mato Grosso - Casa Dom Aquino	21
Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo	7
Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal de Santa Maria	7
Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (RT/DARQ)	6
Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia	4
Instituto Homem Brasileiro	4
Museu Paraense Emilio Goeldi	3
Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais - Universidade Estadual de Campinas	3

6 Os dados relacionados a esse período derivam da dissertação de mestrado de Ana Izabela Bertolo, intitulada “Perspectivas dos processos de Musealização do Patrimônio Arqueológico no Estado de Rondônia”, defendida em 2017, no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Fundação Casa de Cultura de Marabá	2
Instituto de Arqueologia Brasileira (As pesquisas não geram acervo)	2
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal do Acre (Com base no Processo SEI/lphan, o acervo desse projeto encontra-se com s RT/DARQ)	1
Instituto de Pesquisas Científicas - Universidade Católica de Santos (A instituição está devolvendo os acervos ao Estado)	1
Instituto de Pesquisa em Arqueologia - Universidade Católica de Santos (A instituição está devolvendo os acervos ao Estado)	1
Museu de Ciências Naturais - Universidade Católica de Minas Gerais	1
Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade Federal do Paraná (Processo SEI não encontrado)	1
IFRO - Museu de Arqueologia	1
Superintendência do Iphan/RO (A permanência dos acervos é provisória)	1
TOTAL	87

Fonte: Ana Izabela Bertolo (Dissertação de mestrado. Referência completa no final do artigo)

A análise da tabela de tipologias das instituições permite perceber, numa escala do mais ao menos requisitado, que as demandas para os anos de 2000 a 2016 se organizaram da seguinte forma: i) museus com tipologias variadas (Arqueologia e Etnologia, Ciências Naturais) aparecem com 33 endossos; ii) reservas técnicas, laboratórios e institutos, com 25 endossos; iii) os museus de Arqueologia forneceram 22 endossos; iv) fundação/casa de cultura aparece com 2 endossos; v) centro e núcleo universitário, além de superintendência, aparecem com 5 endossos. Pouco mais de 1/4 dos endossos – ou seja, 32 de um total de 87 – foi assinado por organizações com perfil universitário, o que representa, precisamente, 11 instituições, de um número total de 18. Ou seja, 61% dos endossatários são instituições universitárias, que fornecem 37% dos endossos. A Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Santa Maria, a Universidade Federal de Rondônia e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás tiveram maior expressão numérica.

Depuração dos endossos institucionais de 2017 ao primeiro semestre de 2022

Na análise do recorte temporal de 2017 ao primeiro semestre de 2022⁷, percebe-se uma inversão de tendência, quando os acordos comerciais de endosso firmados entre as empresas demandantes das pesquisas arqueológicas e os espaços de salvaguarda deixam de ser pactuados mais por museus e congêneres de fora de Rondônia e passam a ser fornecidos por instituições do próprio estado. Nesse período, ocorre uma forte atuação do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, responsável pela concessão de 69 endossos, e da Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia, que concedeu 31 endossos.

⁷ O limite ao primeiro semestre de 2022 decorre da inexistência de dados do semestre final do mesmo ano.

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

Instituições que forneceram endossos a pesquisas arqueológicas em Rondônia – de 2017 ao primeiro semestre de 2022

INSTITUIÇÃO	ENDOSSOS
Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Presidente Médici	69
Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia	31
IFRO - Museu de Arqueologia	1
Superintendência do Iphan/RO	1
Museu de Arqueologia e Etnologia - Universidade de São Paulo	2
TOTAL	104

Fonte: Gilcimar Costa Barbosa (Dissertação de Mestrado. Referência completa no final do artigo)

Apenas 2 endossos de natureza acadêmica, por iniciativa da Universidade de São Paulo, conformando 2% do total, foram emitidos para instituições não sediadas em Rondônia, os demais permaneceram no Estado. Essa mudança de tendência, que amplia a regionalização dos acervos ao Estado de origem, tem relação direta com a alteração do marco regulatório do IPHAN ocorrido em 25 de março de 2015, com a revogação da Portaria nº 230/2002 e sanção da IN nº 001/2015, que, no *caput* do art. 52, preconiza:

Os bens arqueológicos oriundos dos Projetos ou Programas previstos na presente Instrução Normativa deverão permanecer sob a guarda definitiva de Instituição de Guarda e Pesquisa localizada na Unidade Federativa onde a pesquisa foi realizada.

No que diz respeito às portarias de autorização, permissão e renovação de pesquisas arqueológicas, o que se pode notar é a manutenção majoritária, ano após ano, da produção de coleções pela via da Arqueologia realizada em licenciamentos ambientais. Da mesma forma, há um aumento progressivo na publicação das portarias, partindo de 3 (no ano de 2017) para 41 (em 2021). Mesmo em meio ao período pandêmico, quando a atividade econômica nacional esteve mais fragilizada em decorrência da adoção das medidas necessárias de saúde pública em decorrência da pandemia da COVID-19, as publicações das portarias sugerem um crescimento no número dos trabalhos de Arqueologia de contrato.

Em grande medida, conforme apurado nos processos no IPHAN, tratam-se de pesquisas realizadas para atender a projetos empresariais de pequeno e médio porte, que geralmente são executados em curtos períodos de tempo e que, de forma correlata, envolvem quantidades pequenas (quando não inexistentes) de sítios e vestígios arqueológicos identificados. Esta provavelmente tem sido uma das características mais marcantes da Arqueologia empresarial na atualidade: a lida com empreendimentos menores, dada a escassez de grandes obras no país. Abandona-se a fase na qual os acervos arqueológicos eram gerados em grande profusão nas diferentes localidades do Brasil, e se vive um momento de arrefecimento no tamanho dos empreendimentos, no ritmo das obras e na fragilização das normativas (dentre as quais, a principal delas, a Lei nº 3.924/1961). Nesse aspecto, é digno de nota que a alternância de poder no mais alto posto da hierarquia política no país, a Presidência da República, em 2019, culminou com a ascensão de um Governo comprometido em desarticular órgãos, agentes, leis e normativas a que determinadas categorias de empreendimentos estão subordinadas, com vistas a interferir na autonomia de análise das atividades científicas demandadas pelo licenciamento ambiental.

Entre experiências globalizantes e abordagens colaborativas na composição e comunicação de acervos

Os processos de patrimonialização, via de regra, estiveram submetidos a uma ordem simbólica de classificação academicamente construída, criada distante do grande público (BARRETO, 1999: 207). Diante de uma onda nacionalista, países como o Brasil buscaram uma origem que remetesse a um passado grandioso. Em função disso, a cultura indígena foi desprezada por longo período. Esses são traços de uma dinâmica de Estado e institucional indutora de comportamento social diante do campo patrimonial, cuja forma de operar eclipsa experiências culturais não hegemônicas.

Para problematizar o papel dos “museus” e das “instituições de guarda e pesquisa dos bens arqueológicos no Brasil”⁸ na construção e propagação de um imaginário nacional que se propõe capaz de dar conta da representatividade dos seus povos, pode-se utilizar de alguns exemplos. O Museu do Índio se propunha a apresentar o indígena ao homem branco, inseri-lo na sociedade brasileira, mas sem perguntar-lhe se desejava ter essa inserção ou sob quais condições se daria esse processo. No Brasil, tal modelo é referência até a década de 1980, quando outras articulações de construção de identidades e subjetividades começam a ser movimentadas, obrigando os museus a adotarem uma nova postura, a de negociação de sentidos, de coparticipação da mediação entre a instituição e os grupos nesses espaços representados.

A respeito do papel de mecanismo de dominação sociocultural, a razão universal nesse processo – assentada também sobre os lastros da ciência – é uma espécie de guia à autopreservação, quando é preciso demonstrar força, impor ordem, restringir, limitar e regular condutas. Os museus, como responsáveis pela salvaguarda do patrimônio arqueológico, podem espelhar essa realidade através de suas práticas, pois como instituições que, dentre outros aspectos, compõem políticas culturais de Estado para a construção das identidades, impõem limites e restrições quanto a participação externa na elaboração de discursos, demonstram força e regulam condutas a partir de mensagens que atribuem valor. Desse modo, preservam o *status* institucional como emissário oficial que narra história sobre o outro, indicando aquilo que devemos lembrar ou esquecer, reverenciar ou rechaçar. Assim, procuram dar ordem e harmonia através de falas homogeneizantes e pacificadoras de conflitos, produzindo uma visão idealista de mundo. Nesse percurso, destrói, apaga e invisibiliza traços culturais, reconhecendo-os como conduta desviante dentro de um padrão normativo minimamente aceitável. A violência praticada pelos museus se materializa dentro de um Estado em que a racialidade frequentemente retratada, cria uma escala de valores e importância, reservando para alguns o eterno papel da subalternidade, conferindo a outros o protagonismo histórico”.

Considerando-se o que foi exposto, é de se indagar se a comunidade que atua na gestão de acervos arqueológicos estaria fadada a experiências de criação de ‘museus’ e de ‘instituições de guarda e pesquisa’ de bens arqueológicos e culturais de modo geral, praticantes de curadorias e métodos expositivos universalizantes. Ou se há exemplos institucionais que possam conter críticas aos saberes estabelecidos, que se compõem como espaços propositores de reconfigurações das práxis museológicas. Com isso, faz-se mister apresentar

8 Aqui, são adotadas as noções de “museu” e de “instituições de guarda e pesquisa” em concordância com as discussões estabelecidas pelos autores em trabalhos anteriores (COSTA, 2019: 103-104; BARBOSA, 2023: 76-79).

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

alguns exemplos de museus colaborativos.

O *National Museum of the American Indian* (NMAI), criado em 1989, é o primeiro museu nos Estados Unidos com foco no estudo, preservação e exposição da vida, linguagens, literatura, história e arte dos “nativos” norte-americanos. O trabalho colaborativo é tratado como prioritário, assim, tem apoiado a criação de vários museus indígenas no país, oferecendo bolsas, treinamentos e seminários. A diversidade, a variedade e a diferença ocupam lugar central na mensagem visual do museu. Apesar desse perfil colaborativo, existem problemas. Dentre as principais fragilidades, são apontadas duas: a impossibilidade de representar uma diversidade ampla de 700 comunidades; o principal público a que atende, a comunidade não indígena. Por essas razões, esse seria um museu sobre índios, mas não para índios. Ademais, tem sido apontada a pouca efetividade institucional em lançar críticas às propostas museológicas com lógicas colonialistas. Curiosamente, o espaço virtual do NMAI contrasta ante as críticas, pois a curadoria é feita pelos *First Nations*, aborda o racional da colonização no trato com as reservas indígenas a partir da exploração das noções de encarceramento colonial, fronteiras raciais e regulação de contato entre “selvagens” e “civilizados” (ROCA, 2015: 122).

De Vancouver, Canadá, vem o exemplo do *Museum of Anthropology of the University of British Columbia* (MoA). Inaugurado em 1947, privilegia o trabalho colaborativo e direciona os seus esforços para a dimensão estética e do valor do pluralismo cultural dos objetos indígenas. Na lista de suas contradições, inclui-se a falta de informações sobre objetos estetizados em sua mostra permanente, informações mais aprofundadas sobre o acervo estão presentes nas exposições temporárias. Todavia, a instituição apresenta características positivas, como a disponibilidade das acomodações para os indígenas estudarem, classificarem e objetivarem as peças que compõem as coleções. As *First Nations* têm participação ativa na formulação dos programas educativos do museu, pois artistas nativos protagonizam as atividades interativas. A título de exemplo, a exposição *Speaking to Memory* baseou-se na documentação fotográfica reunida por uma das sobreviventes da escola *St. Michael*, uma das 140 unidades de escolas residenciais operantes no território canadense entre os anos de 1929 e 1996. Essas instituições foram responsáveis por retirar crianças indígenas de suas famílias e inseri-las num sistema educacional pautado pelas regras do cristianismo, o qual obrigava as crianças a abandonar as suas culturas e tradições para assimilar a identidade canadense (ROCA, 2015: 123-124).

Agora, uma experiência de organização de uma exposição sobre indígenas do Nordeste brasileiro, realizada por antropólogos. Para esses grupos do Nordeste, o preconceito e a estigmatização se manifesta duplamente, pois são considerados como extintos por intelectuais e pelo senso comum, e como inautênticos (falsos índios) por alguns antropólogos e indigenistas, duas avaliações negativas e prejudiciais para a obtenção de direito a terra e a assistência. Classificado como um experimento, a exposição “Os primeiros brasileiros” buscou criar novos padrões de construção da diferença e de desconstrução e reconstrução da “ilusão museal”⁹, através do estabelecimento de diálogos com os sujeitos abordados na exposição (DE OLIVEIRA FILHO; SANTOS, 2016: 18).

9 A ilusão museal é operada por museus, os quais têm, dentre as suas finalidades, feito referência ao distante e às suas múltiplas formas de representação do passado. Como consequência, apoiadas por um conjunto de objetos e imagens, essas instituições passam a falar sobre pessoas e coletividades vivas, a produzir certezas e argumentos aderentes às questões políticas e contemporâneas (DE OLIVEIRA FILHO; SANTOS, 2016: 18).

A participação indígena ultrapassou a forma subalternizada acolhida classicamente nas exposições museológicas, que utiliza esses grupos como informantes ou como mão de obra. Agora, os indígenas decidem e controlam as informações e os efeitos políticos da exposição. Esse movimento reivindicatório do lugar de fala se alinha ao caminho percorrido pelos antropólogos para estabelecer interlocução com os indígenas, quando os parâmetros estéticos das peças (cerâmicas, plumária, têxteis etc.) foram postos em segundo plano para privilegiar a perspectiva das lideranças políticas locais. Em última análise, figuras definidoras do que poderia ser mostrado. Afastando o tom professoral da comunicação, optou-se pela produção de um entrecruzamento de temporalidades, a partir do diálogo entre as narrativas sobre o passado e as referências do cotidiano dos visitantes. O formato implementado almejou “[...] dar um novo final a uma velha história. Para isso, o próprio visitante tem que se reformular, chegar ao final como um novo sujeito e ser capaz de ver o indígena de modo diferente” (DE OLIVEIRA FILHO; SANTOS, 2016: 21).

O que os exemplos analisados por Andrea Roca e a exposição “Os Primeiros Brasileiros” têm em comum? O interesse dos grupos indígenas nos museus como campo de atuação política, em que as novas abordagens superam o atavismo nutrido por narrativas anacrônicas e capazes de encapsular o “índio” numa dimensão a-histórica, sem alcance na pós-modernidade. A perspectiva de interpretação contemporânea para a apresentação dos objetos é um componente fundamental para o surgimento do sentimento de continuidade cultural e histórica.

Para que trabalhos colaborativos como estes prosperem, faz-se necessário reconhecer a assimetria de poder existente nas propostas colaborativas dos museus, pois essas práticas não se resumem a uma simples consulta, pois as múltiplas instâncias da pesquisa precisam estar acessíveis aos agentes colaboradores, o que, via de regra, não acontece. Como solução para o desequilíbrio de poder na relação de trabalho entre pesquisadores e pesquisados, há que se considerar a noção de intercâmbio em vez de “ajudas”, quando a validade do conhecimento da comunidade assume a mesma relevância que o peso do saber ocidental. Nos museus criados e gerenciados por indígenas, essas assimetrias são, no mínimo, atenuadas, pois são os sujeitos representados que possuem autoridade, organizam os conhecimentos e definem as políticas de identidade para si próprios (ROCA, 2015: 129-131).

Os acervos, ao superarem a condição de dado inerte em reserva técnica, abrem espaço para as polifonias – a partir das quais os objetos e coleções podem ser observados –, a fim de acionar o trabalho da memória nos marcos identitários (LIMA FILHO, 2016: 177). Sherry Ortner poderia nos dizer que, para esses casos, “[...] a condição de sujeição é subjetivamente construída e experimentada, tanto como as maneiras criativas pelas quais ela é – mesmo que episodicamente – superada” (ORTNER, 2007: 381). Se é válida a posição sustentada pela autora, para a qual os discursos constroem os sujeitos e a posição dos sujeitos, os exemplos acima referenciados são uma boa forma de reconstrução das imagens dos grupos indígenas, pois eles passaram a agir sobre o mundo mesmo que o mundo tenha agido sobre eles. A experiência de submissão vivida na subjetividade de cada um dos indígenas permitiu-lhes que se representassem enquanto grupos, assumindo as “rédeas” do fazer museológico, o que os tornam protagonistas da construção do conhecimento acerca da sua própria história e temporalidade em cenário institucionalizado. Talvez isso signifique, parafraseando Geertz (1973c *apud* ORTNER, 2007: 387), a fuga de uma “teatralidade

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

cênica” imposta, em termos de representação, para uma “teatralidade cênica” pautada pelos próprios termos dessas comunidades.

É possível que venha faltando aos museus e às instituições de guarda e pesquisa de bens arqueológicos, ao retratarem culturas pretéritas, aquilo que Roberto DaMatta (1978) chama de “vestir a capa de etnólogo”, para conjugar esforços na busca deliberada dos enigmas sociais situados em universos de significação sabidamente incompreendidos pelos meios sociais do seu tempo. Ao proceder dessa maneira, criando um novo contexto para falar de culturas “estranhas” e insistindo que sejam entendidas em seus próprios termos, a Antropologia revela o sentido familiar do “bizarro”, critica o etnocentrismo e o racismo (CALDEIRA, 1988). Esse modelo de abordagem deixa de lado todas essas categorizações, encarando as diferenças apenas pelo o que são: diferenças. Quem sabe em algum momento se percebe ser a distinção entre cultura europeia e africana uma ilusão, em relação a uma realidade onde só existem seres humanos ligados uns aos outros por relações sociais (LEVÍ-STRAUSS, 1996).

Reflexões sobre as noções de Identidade, Memória e Patrimônio Cultural no contexto da modernidade são invocadas para buscar entender como se relacionam com o objeto de estudo da Museologia e da Arqueologia, isso no contexto de uma sociedade global cada vez mais interessada pelo consumo cultural pasteurizado. Se o patrimônio é uma das dimensões da memória, ambos são formas de nos situarmos no tempo, de conviver com o passado, o presente e as expectativas de futuro. Tanto uma quanto a outra dimensão só possuem sentido do ponto de vista interno dos sujeitos (individuais e coletivos), que, a partir da sua cosmovisão, podem tornar o patrimônio símbolo de luta, conservar e ampliar valor em um ambiente no qual sua aceleração em todos os níveis e escalas e a imediatez da experiência (fruto também do capitalismo) tendem a esmagar a tudo e a todos, tratando-os como mercadoria.

É necessário o abandono da noção de identidade como patrimônio, em favor do entendimento de identidade como prática, processo, negociação. A cultura, a identidade, o patrimônio estão embricados em questões de ordem política; portanto, os seus problemas não serão resolvidos apenas escrevendo textos ou livros. A resolução para as queixas ainda não atendidas no território patrimonial são também de caráter prático, de gestão de interesses, de luta pela conquista de espaços, pois ações muito bem intencionadas de promoção do outro, por vezes, visa mantê-lo no seu minoritário lugar do outro, na sua exótica função de ilustrador do diferente (JORGE, 2003).

Após os dados apresentados nesta sessão do artigo, resta indagar se os arqueólogos, museólogos e demais profissionais do campo do patrimônio, nas suas atribuições nos “museus” e nas “instituições de guarda e pesquisa”, são suficientes para revelar a alteridade do outro.

Considerações Finais

A pesquisa arqueológica é insuficiente *per se* para fomentar as noções de identidade, pertencimento e demais sentidos socioculturais atribuídos à preservação dos vestígios arqueológicos. Assim, a Musealização da Arqueologia se apresenta como uma alternativa teórica capaz de tratar os princípios da patrimonialização como agenda prioritária, construindo sentidos entre os bens arqueológicos e a sociedade. No caso do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia, a entrevista revelou o quanto esse processo pode ser penalizado pela ausência de profissionais permanentes e designados estritamente para o desem-

penho de funções museológico-curatoriais. Essa situação se agrava quando a alternância de poderes na câmara municipal também provoca a interrupção dos trabalhos no museu, em razão da ausência de afinidade política entre as duas partes. A desarticulação da equipe de trabalho gerou, e continua a gerar, prejuízos ao museu e à sociedade, por ter paralisado programas de gestão e educação com foco no público. Outro grave problema diz respeito à utilização de recursos materiais e financeiros específicos da instituição, derivados de endossos institucionais, para finalidades alheias aos interesses do museu e do patrimônio arqueológico.

A Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Rondônia tem se preparado para assumir protagonismo local e regional, a partir das pesquisas de campo e de laboratório e do gerenciamento dos indicadores de memória que salvaguarda. Durante os doze anos de espera até a entrega da sede definitiva, ocorreram muitos arranjos e rearranjos de acordos e correções de expectativas; por isso, existe forte otimismo ante a nova realidade da RT/DARQ, um espaço que, além de propiciar a pesquisa e a salvaguarda de acervos, está vocacionado para o ensino e a extensão universitária que se voltam à produção de conhecimentos a partir da cultura material arqueológica com foco na valorização da cultura e da historicidade local, contribuindo para a transformação do olhar. Desse modo, a despeito dos estereótipos endereçados à região norte do país, o RT/DARQ contribui para a transformação do olhar acerca dos nortistas e dos grupos humanos que há milênios vêm ocupando, transformando e influenciando a vida e as paisagens dessa parcela do território nacional, por vezes incompreendida e ignorada em seus valores e contribuições

O Museu de Arqueologia e Etnologia da USP tem uma trajetória singular, pois muitas das suas coleções, além de serem diversas e, em alguns casos, únicas, tiveram origem em diferentes instituições. Hoje, os setores de Arqueologia e Etnologia brasileiras operam com base numa relação de colaboração com as comunidades que representam, rompendo com a tradição de reescrita sobre o passado caracterizada por privilegiar propostas expositivas e o olhar exógeno a essas culturas. O setor educativo tem atuação pautada na decolonialidade das práticas museológico-curatoriais, um justo e necessário reposicionamento de hierarquias de saberes das autoridades do conhecimento, o que proporciona uma honesta relação entre discurso e prática institucional.

O Museu de História Natural do Mato Grosso é o único espaço analisado gerenciado por uma Organização Social (OS) sem fins lucrativos. Esse modelo de administração, caracterizado pela terceirização da gestão da instituição, mantém-se há algumas décadas e tem sido responsável pela qualificação das instalações e dos acervos. É bastante atuante na comunidade a que presta serviços, tendo em vista as variadas atividades desenvolvidas, seja pelo estreitamento de relações com as comunidades indígenas, pela disposição para tratar de sustentabilidade e educação ambiental ou pela preocupação com a inclusão social. Ademais, tem envidado esforços para repatriar acervos aos estados de origem. Essa condução reforça uma priorização do alinhamento com a missão da organização: promover a pesquisa e a valorização do patrimônio do Mato Grosso.

O Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria experimentou, num período de dez anos, o crescimento acelerado das coleções, as quais saltaram de 13 mil para 200 mil itens. Essa materialidade se converteu em 20 trabalhos de dissertação e 7 teses de doutorado. A dissertação de mestrado do Bernardo Duque se

Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

coloca como um “divisor de águas” para esse espaço, pois traçou parâmetros a partir dos quais o laboratório tem se reestruturado, de maneira a atacar certas fragilidades institucionais. O tema do descarte é tratado com naturalidade, inclusive com demandas dessa ordem devidamente formalizadas junto ao IPHAN. Tal como a casa Dom Aquino, a repatriação de acervos é assunto de primeira ordem.

Cada uma das experiências colaborativas pode ser replicada. Essa repetição deve ocorrer em decorrência da preservação e uso social público do patrimônio, as razões que motivam a fazer expografias de formas diferentes, para proporcionar a inclusão social. Nesses modelos cooperativos, os processos de reparação histórica em relação às populações indígenas possibilitam a criação de museus que também sejam reconhecidos pelos próprios agentes que os criam, não apenas pelos visitantes, que têm o processo como um resultado final dado, quando tudo já está pronto. A condição de anfitrião é bem mais apropriada, pois ocupa a lugar daquele que planeja, elabora, define posições sobre os processos museológico-curatoriais, inclusive na escolha dos conteúdos a serem comunicados e do formato a partir do qual a comunicação será feita. Em última análise, é ele que convida, ao invés de ser convidado.

Quando se reflete se a Musealização da Arqueologia dá conta de inverter a “estratigrafia de abandono” dos acervos nos museus para atender as premissas que justificam o esforço empenhado na preservação desses bens, a resposta é afirmativa: sim. Todavia, não se trata de afirmar o exclusivo protagonismo de um campo de estudo em espaços com vocação para acolher e ecoar paradigmas dos diferentes campos dos saberes, mas de reconhecer a interdisciplinaridade da Museologia e a multidisciplinaridade dos museus, as quais são capazes de extroverter contribuições da Antropologia para falar sobre a conexão entre acervos arqueológicos e tradições de longa duração ainda mantidas vivas por etnias do tempo atual. Essa abordagem dialoga com um dos propósitos existenciais da Museologia, que é examinar e propor fórmulas expográficas a partir das quais seja possível a conexão de sentidos entre os indicadores de memórias distantes no tempo, os conhecimentos produzidos a partir deles e as expectativas e demandas por memória e identidade da sociedade hodierna.

Essa posição não diminui a fundamental e necessária utilização da expertise museológico-curatorial para qualificar os complexos processos de patrimonialização dos bens arqueológicos institucionalizados. Muito pelo contrário, a fricção interdisciplinar entre a Museologia, a Arqueologia e a Antropologia, dentre outros campos do conhecimento, para a abordagem da questão dos vestígios arqueológicos, tende a fortalecer e promover o patrimônio arqueológico e a abrir novas possibilidades para o campo museológico. A musealização, ao se debruçar sobre a “razão esquecida”, ideia trazida ainda na introdução deste artigo, movimenta o bem arqueológico de um estado de incompletude de sentido para o modo crítico-reflexivo em caráter perene. Assim, a patrimonialização dos acervos arqueológicos ganha mais sentido, relevância e identificação social. É como ver um gesto patrimonial iniciado, sempre inacabado e em processo permanente de construção.

Referências

BARBOSA, Gilcimar Costa. *Patrimônio arqueológico de Rondônia: realidades institucionais*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Bahia, 2023.

BARRETO, Cristina. Arqueologia brasileira, uma perspectiva histórica e comparada. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Suplemento 3, p. 201-212, 1999.

BERTOLO, Ana Izabela. *Perspectivas dos processos de Musealização do Patrimônio Arqueológico no Estado de Rondônia*. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2017.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o projecto de Paranapanema – *Cadernos de Sociomuseologia* n° 17. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1999.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia - alguns subsídios. Texto digitado, 2007.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. *Revista de Arqueologia*. Belém: Sociedade Brasileira de Arqueologia, v. 26/27, n. 2/1, p. 4-15, 2013/2014.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira Bruno. Entrevista concedida à Gilcimar Costa Barbosa a respeito do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da Universidade de São Paulo (USP). Porto Velho, Rondônia. 11 jul. 2022.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: CEBRAP, n. 21, p. 133-157, 1988.

COSTA, Carlos Alberto Santos; COMERLATO, Fabiana. Você me daria um “cheque em branco”? Um olhar sobre endosso institucional em projetos de arqueologia. *Revista de Arqueologia*. Belém: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 26/27, n. 2/1, p. 115-131, 2013/2014.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas para a gestão e musealização do Patrimônio Arqueológico: uma escala de sentidos. *Habitus*. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, v. 17, n.1, p. 101-124, 2019.

DA MATTA, Roberto Augusto. O ofício do etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’. In: NUNES, Edson de Oliveira. *Boletim do Museu Nacional - Antropologia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-12, 1978.

DE OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; SANTOS, Rita de Cássia Melo. Descolonizando a ilusão museal – Etnografia de uma proposta expositiva. In.: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016, p 17-55.



Patrimônio arqueológico de Rondônia:
realidades institucionais

DE PAULA, Bernardo Duque; SOARES, André Luis Ramos. Entrevista concedida à Gilcimar Costa Barbosa a respeito do Laboratório de Arqueologia, Sociedades e Culturas das Américas (LASCA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Porto Velho, Rondônia. 18. jul. 2022.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. O Fluxo das coisas Karajá e a coleção William Lipkind do Museu Nacional: a construção de um diálogo intercultural. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. In.: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina; ATHIAS, Renato. *Museus e atores sociais: perspectivas antropológicas*. Recife: Editora UFPE, 2016, p. 171-188.

GNECCO, Cristóbal. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n. 1, p. 15-16, 2009.

Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

JORGE, Vitor Oliveira. Papel do Patrimônio Arqueológico na Complexa Construção de Identidade/Alteridades. Algumas reflexões para o enquadramento do problema. In: *Actas dos Encontros do Patrimônio de Vila do Conde*. Vila do Conde: Câmara Municipal de Vila do Conde e Autores, 2003, p. 189-203.

Lei federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In.: *I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*. Brasília: IPHAN, 2009, p. 127-135.

MILLER, Eurico. Arqueologia na Amazônia brasileira, no sudoeste da Amazônia, de Rondônia ao Rio Grande do Sul: dos “fatos” de ontem e do presente. In: *Anais do XV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira – Simpósios*. Belém: SAB, 2009, p. 45-61.

MONGELÓ, Guilherme. *O formativo e os modos de produção: ocupações pré-ceramistas no Alto Rio Madeira – RO*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo (Museu de Arqueologia e Etnologia / Programa de Pós-Graduação em Arqueologia). São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Maria Coimbra. Entrevista concedida à Gilcimar Costa Barbosa a respeito do Museu Regional de Arqueologia de Rondônia (CPMRARO). Porto Velho, Rondônia. 02. ago. 2022.

ORTNER, Sherry Beth. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

Portaria MINC/IPHAN nº 230, de 17 de dezembro de 2002. Compatibiliza as fases de trabalho dos licenciamentos ambientais com os estudos preventivos de Arqueologia.

RIBEIRO, Diego Lemos. *A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

ROCA, Andrea. Museus indígenas na Costa Noroeste do Canadá e nos Estados Unidos: colaboração, colecionamento e autorrepresentação. *Revista de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 58, p. 117-142, 2015.

SANTI, Juliana Rossato. Entrevista concedida à Gilcimar Costa Barbosa a respeito da Reserva Técnica do Departamento de Arqueologia (RT/DARQ) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Porto Velho, Rondônia. 14. jul. 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. Ninguém: direito, racialidade e violência. *Meritum*. Belo Horizonte: Universidade FUMEC, v. 9, n. 1, p. 67-117, 2014.

SILVA, Enir Maria; ZANQUETTA, Vitória Ramirez. Entrevista concedida à Gilcimar Costa Barbosa a respeito do Museu de História Natural de Mato Grosso (MHNMT). Porto Velho, Rondônia. 03. ago. 2022.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Dois enquadramentos, um mesmo problema: os desafios da relação entre museus, sociedade e patrimônio arqueológico. *Revista de Arqueologia*. Belém: Sociedade de Arqueologia Brasileira, v. 26/27, n. 2/1, p. 16-39, 2013/2014.

YIN, Robert. *Estudo de caso: planejamento e método*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido em maio de 2023. Aprovado em setembro de 2023.